

A teoria das descrições de Russell a partir de *On Denoting*: uma explanação

Jaaziel de Carvalho Costa
Universidade Federal do Piauí

Resumo

No plano mais geral deste trabalho, pretendemos apresentar uma análise elucidativa da Teoria da Linguagem de Bertrand Russell a partir de seu artigo *On denoting* (1905), deixando de lado as críticas de nosso autor às teorias de Frege e Meinong. No plano mais específico, focaremos os três paradoxos levantados por Russell, o modo como ele os resolveu a partir da distinção entre ocorrência primária e ocorrência secundária, e por fim, quais as consequências de sua Teoria das Descrições em sua Teoria do Conhecimento.

Palavras-chave: expressão denotativa, denotação, análise lógica, conhecimento por descrição, conhecimento de trato

Abstract

Generally in this work we want to present an elucidative analysis of Bertrand Russell's Language Theory from your paper On denoting (1905), leaving the criticisms of our author to Frege's and Meinong's theory. Specifically we'll focus in three paradoxes rises for Russell, and like

they are resolved from distinction between primary occurrence and secondary occurrence, and finally, whose results of your Theory of Descriptions in your Theory of Knowledge.

Keywords: *denoting phrases, denotation, logic analysis, knowledge by description, knowledge by acquaintance*

Introdução

De 1879 a 1906, Gottlob Frege iniciou um projeto ambicioso de pôr a aritmética em fundamentos seguros.¹ Com pretensões puramente matemáticas, ele iniciou tal projeto, porém, não sabia ele que estava iniciando o que mais tarde se chamaria de *linguistic turn*, um movimento filosófico, ou melhor, um ponto de inflexão dentro da filosofia contemporânea, em que a linguagem passaria a ser o centro das discussões, um novo paradigma a ser superado. Por ter iniciado essa discussão, Frege ganhou dois títulos: o de fundador da lógica matemática moderna e o de avô da filosofia analítica. As discussões sobre a fundamentação da aritmética levou Frege a uma discussão filosófica sobre o significado de algumas expressões linguísticas. Em particular, tais discussões interessaram a Bertrand Russell, filósofo britânico que deu seguimento às discussões iniciadas por Frege.

Filho de uma família de nobres da Inglaterra e com uma formação elogiável, Russell foi o filósofo mais importante da Inglaterra no século XX. Sua grande contribuição foi na criação de seu método

¹ MARTINICH & SOSA. 2001, p. 6.

lógico-analítico, que é a base do estilo da filosofia analítica como nós conhecemos hoje.²

Em 1903, Russell lançou o livro *Principles of Mathematics* (Princípios da Matemática), onde ele discutiu alguns problemas da linguagem. Nesse livro, ele adotou uma estratégia, denominada “Teoria dos Conceitos Denotativos”, que ele abandonou mais tarde em prol da Teoria das Descrições.

Em 1905, Bertrand Russell publicou um artigo intitulado *On denoting* (Da denotação³), considerado hoje um texto clássico na literatura filosófica. Nele o principal tema em discussão é a estrutura de expressões que envolvem descrições definidas, como, por exemplo, “o atual presidente do Brasil”, em que Russell viu problemas no uso desse tipo de expressões. Outros problemas também surgiram ao tratar de descrições vazias, tal como “o atual rei da França”. Por fim, na discussão proposta por Russell, o que está em jogo é o significado dessas descrições, se elas possuem ou não sentido, de que modo podemos afirmar sua verdade ou falsidade, etc.

A organização de *On Denoting*

O texto *On denoting* foi muito bem dividido e organizado por Russell. Segundo ele, o artigo é dividido em quatro partes e logo, no início, encontramos o plano de trabalho completo do artigo⁴:

² MARTINICH & SOSA. 2001, p. 21.

³ Pode-se encontrar a tradução do artigo *On denoting* para o português em RUSSELL. 1978, p. 3 – 14.

⁴ Cf. RUSSELL. 1905, p. 480.

1. Afirmação da teoria que ele defendeu;
2. Discussão da teoria de Frege e Meinong mostrando porque nenhuma das duas lhe satisfaz;
3. Fundamentação em favor da teoria que ele advoga;
4. Apresentação das consequências filosóficas de sua Teoria das Descrições.

Baseando-se projeto de Russell, proporemos uma elucidação desse famoso artigo e faremos o nosso plano de trabalho a partir desse plano. No primeiro momento, apenas explicitaremos algumas das principais características da teoria desse autor. No segundo momento, focaremos os três paradoxos que Russell levantou para mostrar que as teorias da linguagem de Frege e Meinong não são satisfatórias. Trataremos de explicitar os três paradoxos, mas não o porquê de as teorias de Frege e de Meinong não satisfazerem, uma vez que seria demasiado extensivo para este artigo. Daremos uma particular atenção ao terceiro momento, isto é, ao modo como ele resolveu os três paradoxos a partir da distinção entre ocorrência primária e ocorrência secundária, uma vez que consideramos que este é um dos pontos capitais da Teoria das Descrições de Russell. Finalmente, pretendemos adentrar na quarta parte do artigo, expondo algumas das consequências que se podem extrair de sua Teoria das Descrições em sua Teoria do Conhecimento.

Aqui, nesta parte introdutória, é importante ressaltar uma distinção feita por Russell. Tal distinção é epistemológica e diz respeito a dois tipos de conhecimentos, que serão retomados novamente no fim do artigo quando ele nos apresenta as consequências de sua teoria, uma vez que a discussão sobre a questão da denotação está diretamente ligada à Teoria do Conhecimento: “a questão da denotação é de muito grande importância, não só na lógica e na matemática, mas também na teoria

do conhecimento”.⁵ A distinção é entre **conhecimento de trato** (*acquaintance*), ou como alguns preferem **conhecimento por familiaridade** e **conhecimento acerca de**, ou **conhecimento por descrição** (*knowledge about* ou *knowledge by description*). O primeiro diz respeito àquilo que conhecemos diretamente, imediatamente, como, por exemplo, que estou vivo neste momento, que sinto uma tremenda dor de cabeça, que há um computador em minha frente, etc. O segundo diz respeito ao que conhecemos somente a partir de expressões denotativas, como, por exemplo, o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século XXI, a maior muralha já construída no planeta terra, a melhor seleção de futebol do Brasil, etc.

Essas expressões denotam algo específico: o centro de massa do sistema solar, no primeiro instante do século XXI, é um lugar bem específico dentro do universo; a maior muralha já construída no planeta Terra é a Muralha da China, a qual também é um objeto específico com um lugar bem definido dentro do nosso planeta, por fim, a melhor seleção de futebol do mundo não poderia ser outra senão a Seleção Brasileira.

No fim do artigo retomaremos novamente essa discussão, mostrando a importância da Teoria das Descrições Definidas e a Teoria do Conhecimento.

O primeiro passo: a afirmação da teoria

O primeiro ponto do artigo de Russell é a afirmação de sua teoria, ponto em que ele é bastante direto e preciso. Ele utiliza a noção

⁵ *The subject of denoting is of very great importance, not only logic and mathematics, but also in theory of knowledge* (tradução nossa). In: RUSSELL, p. 479.

de uma função proposicional, semelhante à noção de **funções matemáticas**. Assim, tem-se a função proposicional: ‘M(x)’, onde ‘M’ é a função – “ser mortal”, por exemplo – e ‘x’ é uma variável totalmente indeterminada – podendo ser substituída por Francisca, Maria, Emerson, Russell, etc.

Desse modo, os quantificadores – tudo, nada e algo – os quais Russell considera como expressões denotativas, fazem parte do argumento e, quando eles aparecem, estamos dizendo nada mais que:

F(tudo) equivale a ‘F(x)’ é sempre verdadeira;

F(nada) equivale a ‘F(x)’ é sempre falsa;

F(algo) equivale a ‘F(x)’ é, algumas vezes, verdadeira.

Exemplificando, temos:

Tudo é belo equivale a ‘x é belo’ é sempre verdadeiro;

Nada é belo equivale a ‘x é belo’ é sempre falso;

Algo é belo equivale a ‘x é belo’ é, algumas vezes, verdadeiro.⁶

Depois de explanar esse ponto, Russell nos dá o princípio de sua teoria: as expressões denotativas não têm nenhum significado isolado, mas um significado é atribuído a toda proposição em que elas ocorrem, isto é, em toda proposição em que temos uma expressão denotativa haverá no mínimo um significado atribuído àquela proposição. Para ele, expressões denotativas por elas próprias não possuem nenhum significado, mas conseguem atribuir um significado a todas as proposições em que elas ocorrem.⁷

⁶ PINTO. 2001, p. 77

⁷ Cf. RUSSELL. 1905, p. 480

Russell continua a explanação de sua teoria e afirma que a proposição “Eu encontrei um homem”, segundo sua teoria, quer dizer: “‘eu encontrei x, e x é humano’ não é sempre falsa”. A variável “um homem”, por ela mesma, é totalmente destituída de significado, ou seja, qualquer que seja a expressão, estando isolada, sempre será destituída de significado, mas dará um significado a todas as proposições em cuja expressão verbal “um homem” ocorrer.⁸

Após, Russell irá interpretar as proposições em que há a ocorrência de artigos definidos. Segundo ele, quando um artigo definido aparece na proposição, ele está querendo indicar um nome próprio, sendo que o artigo é o quantificador de unicidade, de forma que um nome próprio irá designar um e apenas um indivíduo, tal que em uma proposição qualquer como “o pai de Charles II foi executado”, temos: “x foi o pai de Charles II e foi executado”. Assim, “x foi o pai de Charles II”, se torna “x gerou Charles II; e ‘se y gerou Charles II, y é idêntico com x’ é sempre verdadeira de y”. Desse modo, “o pai de Charles II foi executado” torna-se: “não é sempre falso de x, que x gerou Charles II, e que x foi executado, e que ‘se y gerou Charles II, y é idêntico a x’, é sempre verdadeiro de y”.⁹ Se essa condição falhar, então toda proposição em que ocorrer uma expressão denotativa tal como “o pai de Charles II”, “a atual rainha da Inglaterra”, “o atual presidente do Brasil”, etc. sempre será falsa. Mas o que Russell pensou que fez? Essa análise que Russell faz da linguagem tem algum valor? A resposta ele nos dá: “o acima dá uma redução de todas as proposições em que ocorrem expressões denotativas para formas nas quais nenhuma tal expressão ocorra”.¹⁰ Isto é, esse exercício feito por Russell retira toda e qualquer expressão denotativa de uma proposição, a vantagem disso, ou melhor, a resposta para a segunda pergunta será dada mais adiante.

⁸ *This leaves “a man,” by itself, wholly destitute meaning, but gives a meaning to every proposition in whose verbal expression “a man” occurs* (tradução nossa). RUSSELL. 1905, p. 481.

⁹ Cf. *Ibidem.* p. 482.

¹⁰ Cf. *Ibidem.* p. 482.

O segundo passo: os três paradoxos

Russell observou que o poder de uma teoria está em sua capacidade de lidar com problemas, logo quanto maior o número de problemas que uma teoria puder lidar e responder, mais satisfatória ela será. Ele faz isso para mostrar o quanto as teorias da linguagem de Frege e Meinong não são tão eficazes. Russell apresenta então três paradoxos que surgem ao se tratar de descrições definidas:

1. **Paradoxo da Identidade:** se “a” é igual a “b”, então tudo o que é verdadeiro de um também é verdadeiro do outro, e um pode ser substituído pelo outro em uma proposição. Porém, no exemplo que se segue: “George IV queria saber se Scott foi o autor de Waverley”. De fato, Scott foi o autor de Waverley, de modo que “o autor de Waverley corresponde a Scott”. Sendo assim, o autor de Waverley pode ser substituído por Scott e vice-versa e, ao se fazer a substituição de o autor de Waverley por Scott, a proposição ficaria assim: “George IV queria saber se Scott foi Scott”. Porém, parece que não era essa a crença alvo de George IV.
2. **Paradoxo do Terceiro Excluído:** segundo a “lei da contradição”, ou “a é igual a b” ou “a é diferente de b”. Porém, no exemplo que se segue: ou “o rei da França é careca” ou “o rei da França não é careca”, mas se listarmos todas as coisas que são carecas e todas as coisas que não são carecas, não encontraremos o rei da França em nenhuma das listas. Assim, a proposição “o rei da França é careca” não é nem verdadeira nem falsa, quebrando, assim, o princípio do terceiro excluído, o qual afirma que sobre o valor de verdade de uma proposição, só podemos dizer que ou ela é verdadeira ou é falsa, excluindo uma terceira possibilidade.

3. **Paradoxo da Predicação:** na proposição “a difere de b”, temos: se a diferir de b, há algo que, de fato, é a diferença entre a e b, até aqui tudo bem. No sujeito de uma proposição, é afirmado o ser de alguma coisa, porém o problema aqui se dá quando negamos a proposição do exemplo anterior, pois parece ser contraditório negar o ser de alguma coisa. Se a e b não diferem, um tal objeto como “a diferença entre a e b” parece ser impossível de ser predicado, pois como poderia uma não-identidade ser sujeito de uma proposição?

No primeiro paradoxo, afirmamos que “Scott” e “o autor de Waverley” são correspondentes e idênticos, logo eles seriam intercambiáveis, porém o desejo de George IV se modifica ao intercambiarmos “Scott” e “o autor de Waverley”.

No segundo paradoxo, quando falamos de uma expressão denotativa vazia, temos uma expressão que fere o princípio de terceiro excluído, uma vez que não poderíamos afirmar a verdade ou a falsidade da proposição “o rei da França é careca”.

Finalmente, no terceiro paradoxo, ao falarmos da diferença entre ‘a’ e ‘b’, sendo que não existe tal diferença, estamos colocando algo que não existe como sujeito de uma proposição. Se nos permitirmos fazer isso, estaríamos permitidos a falar também de coisas como o quadrado redondo, o sexo dos anjos, o presidente da lua, etc.

O terceiro passo: a solução de Russell

O próximo passo de nosso autor em sua jornada é mostrar que sua teoria resolve a tais problemas. Para resolver esses paradoxos, Russell

propôs que se fizesse a distinção entre ocorrências primárias e ocorrências secundárias. O problema nos paradoxos se deu por causa da ambiguidade que há naquelas proposições e na confusão entre as ocorrências, primária e secundária.

Para Russell, expressões denotativas, como “o presidente dos EUA”, não são termos singulares, como “Obama”. Logo, se “o F” é uma descrição definida, e “...é G” é um predicado, então a proposição expressa por “o F é G”, segundo nosso autor, equivale a: “há exatamente um F, e tudo que é F é G”. Analisando logicamente a proposição “o F é G” temos:

$$\Box(x) ((\forall y) (Fy \leftrightarrow y = x) \ \& \ Gx).$$

Essa se trata de uma **ocorrência primária** e, nela, a expressão denotativa é transformada em uma proposição, que possui um quantificador de unicidade e, ao ser analisada, é atribuído um quantificador existencial para o objeto que a expressão denotativa quer denotar. Note que a proposição Gx aparece como outra proposição independente da primeira. Logo, a verdade ou falsidade da proposição dependerá da existência ou não do objeto denotado.

Em uma **ocorrência secundária**, a mesma análise é feita, isto é, novamente a expressão denotativa é transformada em uma proposição que possui um quantificador de unicidade e é atribuída existência ao objeto denotado pela expressão denotativa. Porém, a proposição formada a partir da expressão denotativa é tomada como secundária, apenas como parte constituinte de outra proposição.¹¹

Para fixarmos melhor essa distinção, nos valeremos de um exemplo. Suponha a proposição (1):

¹¹ Quanto à distinção entre ocorrência primária e ocorrência secundária em *On denoting*, conferir RUSSELL. 1905, p. 489 – 490.

(1) “Robson pensa que o melhor time do Brasil é o Flamengo.”
Logo, em uma ocorrência primária da proposição, teremos:

(2) $\Box(x) ((\forall y) (\text{Melhor time do Brasil } y \leftrightarrow y = x) \ \& \ \text{Robson pensa que: } x \text{ é o Flamengo})$.

Sem dúvida (2) é falsa, uma vez que o Flamengo anda longe de ser o melhor time do Brasil, porém, em uma ocorrência secundária, teremos:

(3) Robson pensa que: $\Box(x) ((\forall y) (\text{melhor time do Brasil } y \leftrightarrow y = x) \ \& \ x \text{ é o Flamengo})$.

Nesse caso, (3) poderia ser verdadeira ou não.

Após esclarecermos a distinção entre ocorrência primária e ocorrência secundária, e sabendo que essa foi a estratégia de Russell para resolver os três paradoxos levantados por ele contra as teorias da linguagem de Frege e Meinong, mostraremos agora como o filósofo britânico aplica as distinções supracitadas na resolução de tais paradoxos.

No **paradoxo da identidade**, a confusão se deu em torno da sentença “George IV queria saber se Scott foi o autor de Waverley”, mas analisando e distinguindo as ocorrências, teremos:

Ocorrência primária: “um e somente um homem escreveu Waverley e George IV queria saber se Scott era este homem”, a qual é verdadeira.

Ocorrência secundária: “George IV queria saber se um e somente um homem escreveu Waverley e se Scott era este homem”, a qual é falsa.

No primeiro caso, George IV sabe da existência e da unicidade da entidade que escreveu Waverley e quer saber somente se Scott é esta entidade. No segundo caso, George IV quer saber não só da existência e da unicidade desta entidade como também quer saber se Scott corresponde a esta.

No **paradoxo do terceiro excluído**, a confusão gira em torno da disjunção entre duas proposições contraditórias – ou “o rei da França é careca” ou “o rei da França não é careca”. Analisando a distinção entre as ocorrências, teremos:

Ocorrência primária: “há uma entidade que é agora rei da França e não é careca”, a qual é falsa.

Ocorrência secundária: “é falso que ‘há uma entidade que é agora rei da França e é careca’”, a qual é verdadeira.

A primeira ocorrência é falsa em virtude de afirmar a existência de uma entidade que não existe, porém a segunda ocorrência é verdadeira justamente por negar a existência de tal entidade.

No **paradoxo da predicação**, temos: quanto à questão de a diferença entre a e b existir ou não, Russell afirma que a verdade ou a falsidade da proposição está sobre a existência ou não da entidade que é a diferença entre a e b. Assim, se “a R b” significar “a tem a relação R com b”, então quando “a R b” for verdadeira, há tal entidade como a relação R entre a e b, e quando “a R b” for falsa, não há tal entidade.

O quarto passo: as conseqüências

Como podemos notar no passo anterior, a Teoria das Descrições de Russell não fere nenhuma lei lógica, seja ela a da identidade, do terceiro excluído ou da contradição. Ao contrário, ela nos preserva de cair nos três paradoxos citados, os quais, segundo o filósofo britânico, as teorias de Frege e Meinong não seriam suficientes em responder.

A teoria apresentada por Russell em *On denoting* afirma, no fim das contas, que expressões denotativas são proposições, ou melhor, são novas informações à entidade que é denotada.¹² Se nós tratarmos descrições definidas como termos singulares, então nós teremos de encarar uma larga classe de termos que são significativos, mas que, de fato, não se referem, de nenhum modo, a alguma coisa.

Como já afirmamos anteriormente, a Teoria das Descrições de Russell tem uma ligação muito próxima com a Teoria do Conhecimento, logo as conseqüências da Teoria da Descrição não ficariam restritas somente ao âmbito da linguagem, mas teriam influências no campo epistemológico. Assim, quando conhecemos alguma coisa por descrição (*knowledge about/by description*) e não por familiaridade, ou contato direto (*acquaintance*), as proposições em que encontramos tal coisa sendo apresentada por meio de uma expressão denotativa, de fato, não contêm a coisa, mas apenas as funções proposicionais que fazem parte da expressão denotativa.¹³ Ou melhor, as proposições em que as coisas são introduzidas por uma expressão denotativa – proposições que podemos ter conhecimento a partir do que ele caracterizou como *knowledge by description* – não contêm

¹² Cf. HYLTON. 2003, p. 202 – 240.

¹³ Cf. PINTO. 2001, p. 86.

realmente a coisa referida, mas apenas as funções proposicionais que fazem parte da expressão denotativa. Segundo ele:

[...] em toda proposição que podemos apreender (isto é, não somente naquelas cuja verdade ou falsidade podemos julgar, mas em todas que podemos pensar), todos os constituintes são realmente entidades com as quais nós temos conhecimento de trato imediato.¹⁴ (RUSSELL, 1905, p. 492)

Assim, mesmo sem conhecer a coisa mesma, tal como a mente de outras pessoas, sabemos que esta última tem tais e tais propriedades, desse modo, as conhecemos por meio de expressões denotativas. Não podemos conhecer a mente de outra pessoa, mas podemos saber que “fulano de tal tem uma mente que possui tais e tais propriedades”, uma vez que, mesmo sem ter conhecimento de trato da coisa em si, conhecemos as propriedades desta, sendo que, da última, temos conhecimento de trato.

O que notamos na conclusão de Russell é que o conhecimento por descrição parece ser fundamentado pelo conhecimento de trato, pois se temos conhecimento por descrição de algo, é porque temos conhecimento de trato da coisa a qual é denotada pela expressão denotativa. Mesmo se não pudermos ter conhecimento de trato da coisa denotada pela expressão denotativa, podemos ter conhecimento de trato das propriedades dela, o que novamente possibilitaria o conhecimento por descrição. Assim, a partir das próprias conclusões de Bertrand Russell, concluímos que o conhecimento de

¹⁴ *...in every proposition that we can apprehend (i.e. not only in those whose truth or falsehood we can judge of, but in all that we can think about), all the constituents are really entities with which we have immediate acquaintance.* (RUSSELL. 1905, p. 492). (Tradução nossa)

trato parece ser a condição de possibilidade do conhecimento por descrição.

Referências

GRIFFIN, Nicholas. *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HYLTON, Peter. The theory of descriptions. In: GRIFFIN, Nicholas. *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, Cap. 06, p. 202 – 240.

MARTINICH, A. P. & SOSA, David. *Blackwell Companion to philosophy: a companion to analytic philosophy*. Massachusetts: Blackwell Publishers Inc, 2001

PINTO, Paulo Roberto Margutti. Análise argumentativa do texto *On denoting* de B. Russell. *Síntese nova fase*, Belo Horizonte, v. 28, n. 90, p. 67 – 96, 2001.

RUSSELL, Bertrand. On denoting. Oxford University Press, Oxford, *Mind New Series*, v. 14, n. 56. p. 478 – 493, 1905.

RUSSELL, Bertrand. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 3 – 14.